e) determinar o arquivamento de processos e papéis em que inexistam providências a tomar ou cujos pedidos careçam de fundamento legal;

II — em relação ao Sistema de Administração de Pessoal, as previstas nos artigos 34 e 36 do Decreto nº 13.242, de 12 de fevereiro de 1979;

III — em relação à administração de material e patrimônio, autorizar a transferência de bens móveis entre as unidades subordinadas.

Artigo 27 — São competências comuns ao Coordenador do Instituto de Terras e demais responsáveis por unidades até o nível de Chefe de Seção, em suas respectivas áreas de atuação;

I — em relação às atividades gerais:

a) elaborar ou participar da elaboração do programa de trabalho;

b) cumprir e fazer cumprir as leis, os decretos, os regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades superiores;

c) transmitir a seus subordinados as diretrizes a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos;

d) contribuir para o desenvolvimento integrado dos trabalhos;

e) dirimir ou providenciar a solução de dúvidas ou divergências que surgirem em matéria de serviço;

f) dar ciência imediata ao superior hierárquico das irregularidades administrativas de maior gravidade, mencionando as providências tomadas e propondo as que não lhes são afetas;

g) manter seus superiores imediatos permanentemente informados sobre o andamento das atividades das unidades subordinadas;

h) avaliar o desempenho das unidades subordinadas e responder pelos resultados alcançados, bem como pela adequação dos custos dos trabalhos executados;

i) adotar ou sugerir, conforme for o caso, medidas objetivando:

1. o aprimoramento de suas áreas;

2. a simplificação de procedimentos e a agilização do processo decisório relativamente a assuntos que tramitem pelas unidades subordinadas;

j) manter a regularidade dos serviços, expedindo as necessárias determinações ou representando às autoridades superiores, conforme o caso;

l) manter ambiente propício ao desenvolvimento dos trabalhos;

m) providenciar a instrução de processos e expedientes que devam ser submetidos à consideração superior, manifestando-se, conclusivamente, a respeito da matéria;

n) indicar seus substitutos, obedecidos os requisitos de qualificação inerentes ao exercício do cargo, função-atividade ou função de serviço público;

o) encaminhar papéis à unidade competente, para atuar e protocolar;

p) apresentar relatórios sobre os serviços executados pelas unidades subordinadas;

q) praticar todo e qualquer ato ou exercer quaisquer das atribuições ou competências dos órgãos, funcionários ou servidores subordinados;

r) avocar, de modo geral ou em casos especiais, as atribuições ou competências dos órgãos, funcionários ou servidores subordinados;

II — em relação ao Sistema de Administração de Pessoal, as previstas no artigo 35 do Decreto nº 13.242, de 12 de fevereiro de 1979;

III — em relação à administração de material e patrimônio;

a) requisitar material permanente ou de consumo;

b) zelar pelo uso adequado e conservação dos equipamentos e materiais.

Parágrafo único — Os Encarregados de Setor têm, em suas respectivas áreas de atuação, as competências previstas nos incisos I e III deste artigo e as previstas nos incisos II e X do artigo 35 do Decreto nº 13.242, de 12 de fevereiro de 1979.

SUBSEÇÃO VI

Disposição Geral

Artigo 28 — As competências previstas nesta Seção, sempre que coincidentes, serão exercidas, de preferência, pelas autoridades de menor nível hierárquico.

SEÇÃO V

Disposições Finais

Artigo 29 — As atribuições das unidades e as competências das autoridades de que trata este decreto serão exercidas na conformidade da legislação pertinente, podendo ser complementadas mediante resolução do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Artigo 30 — As atribuições de que tratam a alínea "I" do inciso IX do artigo 12 e a alínea "c" do inciso II do artigo 15 deste decreto serão exercidas sempre de acordo com a orientação da Divisão de Administração do Instituto de Terras.

Artigo 31 — O Procurador Geral do Estado designará Procuradores para, em conjunto com a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e com as Procuradorias Regionais, atuarem, judicial e extrajudicialmente, na defesa dos interesses da Fazenda do Estado administrados pelo Instituto de Terras.

Parágrafo Único — O Instituto de Terras prestará aos Procuradores do Estado o suporte técnico-administrativo necessário ao desempenho de suas atribuições.

Artigo 32 — Serão assinados pelo Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania em conjunto com o Procurador Geral do Estado:

I — os atos de constituição das Comissões Especiais Administrativas de Discriminação de Terras Devolutas;

II — os termos de permissão de uso e os contratos de concessão de que trata a Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985;

III — os títulos de propriedade, os contratos de concessão e os termos de permissão de uso de terras devolutas.

Artigo 33 — O Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania promoverá a adoção gradativa, de acordo com

as disponibilidades orçamentárias e financeiras, das medidas necessárias para a efetiva implantação das unidades previstas neste decreto.

Artigo 34 — Este decreto e sua disposição transitória entrarão em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial:

I — o Decreto nº 27.863, de 4 de dezembro de 1987;

II — o Decreto nº 29.466, de 29 de dezembro de 1988;

III — os artigos 2º e 4º do Decreto nº 30.235, de 8 de agosto de 1989.

Disposição Transitória

Artigo único — O Instituto de Terras promoverá a identificação prévia de áreas, a fim de propiciar à Procuradoria Geral do Estado o ajuizamento de ações discriminatórias visando a separação das terras devolutas das particulares, em cumprimento ao artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de São Paulo.

Palácio dos Bandeirantes, 23 de agosto de 1991.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO

Manuel Alceu Affonso Ferreira,

Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

Cláudio Ferraz de Alvarenga,

Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 23 de agosto de 1991.

DECRETO Nº 33.707, DE 23 DE AGOSTO DE 1991

Ratifica convênios celebrados nos termos da Lei Complementar Federal nº 24/75, aprova protocolos e introduz alterações no Regulamento do ICMS

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, e considerando o que dispõem os artigos 59 e 112 da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989,

Decreta:

Artigo 1º — Ficam ratificados os Convênios ICMS-33/91, 35/91, 38/91, 40/91 e 41/91, celebrados em Brasília, DF, em 7 de agosto de 1991, cujos textos, publicados no Diário Oficial da União de 9 de agosto de 1991, são reproduzidos em anexo a este decreto.

Artigo 2º — Ficam aprovados os Protocolos ICMS-20/91, 21/91, 22/91, 23/91 e 24/91, celebrados em Brasília, DF, em 7 de agosto de 1991, cujos textos, publicados no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 1991, são reproduzidos em anexo a este decreto.

Artigo 3º — Passa a vigorar com a seguinte redação o item 3 da Tabela II do Anexo II do Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias e de Prestação de Serviços, aprovado pelo Decreto nº 33.118, de 14 de março de 1991:

“3. Fica reduzida a base de cálculo do imposto incidente em operações com produto adiante indicado, de um dos seguintes percentuais (Lei nº 6.374/89, art. 112):

3.1 — avião:

I — monomotor, com qualquer tipo de motor, de peso bruto até 1.000 kg — 30%;

II — monomotor, com qualquer tipo de motor, de peso bruto acima de 1.000 kg — 30%;

III — monomotor ou bimotor, de uso exclusivamente agrícola, independentemente de peso, com qualquer tipo de motor ou propulsão — 50%;

IV — multimotor, com motor de combustão interna, de peso bruto até 3.000 kg — 30%;

V — multimotor, com motor de combustão interna, de peso bruto de mais de 3.000 kg e até 6.000 kg — 30%;

VI — multimotor, com motor de combustão interna, de peso bruto acima de 6.000 kg — 30%;

VII — turboélice, monomotor ou multimotor, com peso bruto até 8.000 kg — 30%;

VIII — turboélice, monomotor ou multimotor, com peso bruto acima de 8.000 kg — 60%;

IX — turbojato com peso bruto até 15.000 kg — 40%;

X — turbojato com peso bruto acima de 15.000 kg — 77,78%;

3.2 — helicóptero — 30%;

3.3 — planador ou motoplanador, com qualquer peso bruto — 50%;

3.4 — pára-quadras giratório — 30%;

3.5 — outras aeronaves — 30%;

3.6 — simulador de vôo — 30%;

3.7 — pára-quadras — 30%;

3.8 — catapulta ou outro engenho de lançamento semelhante — 30%;

3.9 — avião militar:

I — monomotor ou multimotor de treinamento militar com qualquer peso bruto e qualquer tipo de motor — 60%;

II — monomotor ou multimotor de combate com qualquer peso bruto, motor turboélice ou turbojato — 70%;

III — monomotor ou multimotor de sensoriamento, vigilância ou patrulhamento, inteligência eletrônica ou calibração de auxílios à navegação aérea, com qualquer peso bruto e qualquer tipo de motor — 60%;

IV — monomotor ou multimotor de transporte cargueiro ou de uso geral com qualquer peso bruto e qualquer tipo de motor — 50%;

3.10 — helicóptero militar monomotor ou multimotor, com qualquer peso bruto e qualquer tipo de motor — 30%;

3.11 — partes, peças, acessórios ou componentes separados dos produtos de que tratam os itens anteriores — 30%;

3.12 — partes, peças, matérias-primas, acessórios ou componentes separados para fabricação dos produtos de que tratam os subitens 3.1 a 3.10, na importação por empresa nacional da indústria aeronáutica — 70%;

3.13 — equipamentos, gabaritos, ferramental ou materiais de uso ou consumo empregados na fabricação de aeronaves e simuladores — 40%.

NOTA 1 — O disposto nos subitens 3.11 e 3.13 aplicar-se-á a operação efetuada por contribuinte a que se refere a Nota 2 deste item 3 e seus revendedores, desde que o produto se destine a:

1 — indústria aeronáutica ou estabelecimento da rede de comercialização de produtos aeronáuticos;

2 — empresa de transporte ou de serviço aéreo ou aeroclube, com registro no Departamento de Aviação Civil;

3 — oficina reparadora ou de conserto e manutenção de aeronave, homologada pelo Ministério da Aeronáutica;

4 — proprietário de aeronave identificado como tal pela anotação da respectiva matrícula e prefixo no documento fiscal.

NOTA 2 — As empresas nacionais da indústria aeronáutica, as da rede de comercialização e as importadoras de material aeronáutico, para efeito deste item 3, são as relacionadas em ato conjunto do Ministério da Aeronáutica e do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, no qual serão indicados também, em relação a cada uma delas, os produtos objeto de operação alcançada pelo benefício.

NOTA 3 — O disposto neste item 3 terá aplicação até 31 de dezembro de 1991.

Artigo 4º — Nos meses de outubro de 1991 a janeiro de 1992, ficam alterados, respectivamente, para os dias 3 (três), 5 (cinco), 4 (quatro) e 6 (seis) os prazos de recolhimento do imposto previsto na Tabela II do Anexo VI do Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias e de Prestação de Serviços, aprovado pelo Decreto nº 33.118, de 14 de março de 1991, com a redação que lhe foi introduzida pelo Decreto nº 33.320, de 3 de junho de 1991, e no artigo 6º de suas Disposições Transitórias, relativamente aos estabelecimentos classificados nos seguintes Códigos de Atividade Econômica (Lei 6.374/89, art. 59):

I — 02.870 a 02.889;

II — 03.890 a 03.899;

III — 04.000 a 04.844;

IV — 40.280;

V — 40.290 a 40.369;

VI — 40.430 a 40.449;

VII — 40.490 a 40.549;

VIII — 40.730 a 40.753;

IX — 40.810 a 40.849;

X — 45.280 a 45.753;

XI — 55.010 a 55.849.

Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica ao imposto retido antecipadamente por sujeito passivo por substituição, estabelecido no território deste Estado, relativamente à responsabilidade prescrita no artigo 278 do mencionado Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias e de Prestação de Serviços.

Artigo 5º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, em relação ao artigo 3º, a partir de 1º de julho de 1991.

Palácio dos Bandeirantes, 23 de agosto de 1991.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO

Frederico Mathias Mazzucchelli,

Secretário da Fazenda

Cláudio Ferraz de Alvarenga,

Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 23 de agosto de 1991.

CONVENIO ICMS 33 / 91

Autoriza os Estados que mencionam a conceder redução da base de cálculo do ICMS às operações internas com automóveis de passageiros como táxi, nas condições que especifica.

O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento e os Secretários de Economia, Fazenda e Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 20ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária, realizada em Brasília, DF, no dia 07 de agosto de 1991, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVENIO

Cláusula primeira — Ficam os Estados de Minas Gerais e do São Paulo autorizados a conceder redução da base de cálculo do ICMS de tal forma que a carga tributária resulte em 12% (doze por cento) das saídas do estabelecimento de concessão de automóveis de passageiros com motor até 100 CP (100 HP de potência bruta (SEAB), quando destinados a motoristas profissionais, desde que, cumulativa e comprovadamente, a critério da Secretaria da Fazenda:

I — O adquirente:

a) exerça, nesta data, a atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), em veículo de sua propriedade;

b) utilize o veículo, na atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria de aluguel (táxi);

c) não tenha adquirido, nos últimos três anos, veículo com a redução da base de cálculo prevista no Convênio ICMS 13/88, de 29 de março de 1988.

II — O benefício correspondente seja transferido para o adquirente do veículo, mediante redução no preço do veículo;

III — o veículo seja novo e esteja isento do Imposto sobre Produtos Industrializados;

IV — se trate de veículo de modelo básico ou "standard" e de produção nacional.

Parágrafo único — Ressalvados os casos excepcionais em que ocorra destruição completa do veículo, o benefício previsto nesta Cláusula somente poderá ser utilizado, uma única vez.

Cláusula segunda — Fica obrigatório o estorno, pela empresa concessionária, relativo ao crédito gerado na primeira operação.

Cláusula terceira — O imposto incidirá, normalmente, sobre quaisquer acessórios opcionais, que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

Cláusula quarta — A alienação do veículo, adquirido com redução da base de cálculo, a pessoas que não satisficam os requisitos e as condições estabelecidas na Cláusula primeira sujeitará o alienante ao pagamento do tributo dispensado, monetariamente corrigido.

Cláusula quinta — Na hipótese de fraude, considerando-se como tal, também, a não observância do disposto no inciso I da Cláusula primeira, o tributo, corrigido monetariamente, será integralmente exigido com multa e juros moratórios, previstos na legislação própria.

Cláusula sexta — Para aquisição de veículo com o benefício previsto neste Convênio, deverá, ainda, o interessado:

I — obter declaração, em três vias, probatória de que exerce atividade de condutor autônomo de passageiros e já atua na data da celebração deste Convênio, na categoria de automóvel de aluguel (táxi);

II — entregar as três vias da declaração ao concessionário autorizado, juntamente com o pedido do veículo.

Cláusula sétima — As concessões autorizadas, além do cumprimento das demais obrigações previstas na legislação, deverão:

I — mencionar, na Nota Fiscal emitida para entrega do veículo ao adquirente, que a operação é beneficiada com a redução da base de cálculo do Imposto de Circulação de Mercadorias e de Prestação de Serviços, nos termos deste Convênio, e que, nos primeiros três anos, o veículo não poderá ser alienado sem autorização do fisco;

II — encaminhar, mensalmente, à Secretaria da Fazenda, juntamente com a primeira via da declaração referida na Cláusula anterior, informações relativas a:

a) domicílio do adquirente e seu número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

b) número, série e data da nota fiscal emitida e dados identificadores do veículo vendido;

III — conservar em seu poder a segunda via da declaração e encaminhar a terceira ao Departamento Estadual de Trânsito para que se proceda à matrícula do veículo nos prazos estabelecidos na legislação respectiva.